NACIONAL

Glaucoma. O Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) e a Sociedade Brasileira de Glaucoma (SBG) lançaram a campanha nacional "24 Horas pelo Glaucoma", cujo objetivo é conscientizar a população sobre a importância do diagnóstico e do tratamento precoces do glaucoma.

Recursos para pesquisa de vacina é prioridade

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse nesta segunda-feira (3) que a recomposição da verba para o financiamento de pesquisas da Versamune, vacina brasileira contra a covid- 19 anunciada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, está entre as prioridades do governo federal. "Já está em estudo quais procedimentos para recomposição dessa dotação [da vacina brasileira]. É um assunto prioritário na agenda, vai ser discutido. Não posso antecipar, mas afirmo que esse é um assunto prioritário, estará na Junta de Execução Orçamentária [composta pelo Ministério da Economia e pela Casa Civil]. Existem pelo menos três alternativas para serem desenhadas", adiantou Waldery, ao participar da Comissão Temporária da Covid-19 do Senado. Quase R$ 30 bilhões que seriam destinados à pesquisa do imunizante apoiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações foram alvo de vetos presidenciais e contingenciamento.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.
CNPJ 19.953.139/0001-88

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.347	34.767
Depósitos vinculados	6	2.448	2.773
Contas a receber	5	10	656
Impostos a recuperar	23	55	
Despesas antecipadas		267	976
Outros ativos		34	38
Total do ativo circulante		**44.129**	**39.265**
Contas a receber	5	2.403	-
Depósitos vinculados	6	9.488	11.739
Depósitos judiciais		-	63
Imobilizado	7	528.039	559.435
Intangível		83	102
Total do ativo não circulante		**540.013**	**571.339**
Total do ativo		**584.142**	**610.604**
Passivo			
Fornecedores a pagar	8	1.846	1.761
Empréstimos e financiamentos	10	15.017	14.605
Debêntures	10	5.486	4.402
Arrendamentos a pagar	9	71	971
Encargos tributos e trabalhos.	11	1.005	932
Outras contas a pagar		28	11
Total do passivo circulante		23.453	22.682
Fornecedores a pagar	8	42.023	42.023
Empréstimos e financiamentos	10	185.071	194.599
Debêntures	10	47.552	46.917
Arrendamentos a pagar	9	9.489	23.989
Receitas diferidas		1.201	-
Adiant.p/futuro aum.de capital		-	597
Provisão p/desmobilização	12	5.043	4.883
Total do passivo não circul.		**290.379**	**313.008**
Patrimônio líquido	13		
Capital social		285.851	285.254
Prejuízos acumulados		(15.541)	(10.340)
Total do patrimônio líquido		**270.310**	**274.914**
Total do passivo e patr.líquido		**584.142**	**610.604**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de vendas	14	53.660	54.789
Custo das vendas	15	(30.167)	(29.336)
Lucro bruto		**23.493**	**25.453**
Despesa gerais e administrativas	16	(2.066)	(3.449)
Outras despesas (receitas)	16	-	(1.799)
Resultado antes do result.financeiro e impostos		**21.427**	**20.205**
Receitas financeiras		1.122	1.584
Despesas financeiras		(25.701)	(23.236)
Resultado financeiro	17	**(24.579)**	**(21.652)**
Result.antes dos impostos		**(3.152)**	**(1.447)**
I.R. e contr.social-corrente	18	(2.022)	(2.230)
I.R.e contrib.social - diferido	18	(27)	-
Prejuízo do exercício		**(5.201)**	**(3.677)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(5.201)	(3.677)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**(5.201)**	**(3.677)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

Fluxo de cx.das ativ.operacs.	Nota	2020	2019
Prej.antes do I.R.e Cont.social		(3.152)	(1.447)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		15.992	16.204
Amortização direito de uso de arrendamentos	9	742	742
Despesa financeira c/direito de uso de arrendamentos	9	189	159
Rend.de aplicação financeira de depósitos vinculados	17	(223)	(551)
Juros provisionados s/ empréstis, financs.e debêntures	10	19.760	19.457
Amortiz.dos custos de captação de emprests,finan.e debêntures	10	404	-
Atualiz.prov.p/desmobilização		160	214
Baixa de imobilizado	7	-	1.855
		33.872	36.633
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(556)	(223)
Despesas antecipadas		709	(873)
Impostos a recuperar		(257)	(29)
Depósito vinculado		325	-
Depósitos judiciais		63	-
Outros ativos		4	15
Fornecedores a pagar		85	301
Obrigs.tributárias e trabalhistas		115	(152)
Outras contas a pagar		16	(9)
Caixa gerado p/ativs.operacinais		34.376	35.663
Pag.de I.R. e contribuição social		(1.802)	(1.614)
Pag.de juros de empr.e financ.	10	(13.852)	(14.564)
Pag.de juros de debêntures	10	(3.662)	(2.828)
Fluxo de caixa líquido gerado p/atividades operacionais		15.060	16.657
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Depósito vinculado		2.474	(3.224)
Aquisição de imobilizado	7	(83)	(543)
Aquisição de intangível		(11)	(108)
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) ativs.de invest.		2.380	(3.875)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Custos de captação a amortizar decorrente de novos emprést.	10	-	(4.619)
Pagamento de arrendamentos	9	(813)	(672)
Recursos provenientes de novos empréstimos, financiamentos e debêntures	10	-	79.631
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(9.055)	(9.455)
Pag.de debêntures - principal	10	(992)	(2.314)
(Pag.de) adiant. p/futuro aumento de capital			- (44.000)
Caixa líq.(utilizado nas) gerado p/atividades de financiamento		(10.860)	18.571
Aum.de caixa e equivls.de caixa		6.580	31.353
Caixa e eqs.de cx.no início do ex.		34.767	3.414
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		41.347	34.767
Aumento e caixa e equivalentes de caixa		6.580	31.353
Principais transaçs.que não afetaram o caixa			
Mensuração e remensuração de direito de uso de arrendamentos		14.775	(25.472)
Reconhec.de receita diferida		2.403	-
Integralização de capital p/absorção de adiant.p/futuro aum.de capital		597	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	**285.254**	**(6.663)**	**278.591**
Prejuízo do exercício	-	(3.677)	(3.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**285.254**	**(10.340)**	**274.914**
Aumento de capital (Nota 13)	597	-	597
Prejuízo do exercício	-	(5.201)	(5.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**285.851**	**(15.541)**	**270.310**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional - A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (" BVS 2" ou "Companhia"), com sede na cidade de Ibiapina/CE, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7. As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,2 MW de energia no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013. A Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, com participações no capital social de 50% cada. A Gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional (Ver nota 21). **Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19** - O surto de uma doença contagiosa, o COVID-19, espalhou-se por diversos países. Em 3 de março de 2020, foi declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde e que se mantêm no exercício de 2021. Identificamos que o surto, também se apresentou em regiões relevantes e vinculadas as nossas operações, e a Companhia pode vir a apresentar alguma dificuldade operacional em virtude das orientações advidas da O.M.S (Organização Mundial da Saúde) com vistas a quarentena de colaboradores que eventualmente apresentem quadro sintomático e/ou suspeita de contaminação. A Companhia não identificou problemas de abastecimento de peças e insumos para os processos de manutenção neste momento e possui de estoque de peças de reposição. A BVS 2 detem estoque de peças de reposição suficiente para manutenção e continuidade das operações da companhia. Consideramos o risco baixo em paralisar as atividades pela falta de peças de reposição para manutenção, desta forma, não sofremos qualquer impacto material com relação ao COVID-19 em nossas operações, logística, vendas ou situação financeira. Durante o exercício de 2020 a Companhia utilizou dos benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil de prorrogação do vencimento dos tributos. A Companhia ratifica que, durante o exercício de 2020, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na Continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos, (ii) redução de receita, (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras, (iv) liquidez (v) rebaixamentos de crédito, entre outros. **Operação comercial** - As autorizações para operação comercial foram concedidas de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

Autorização - Bons Ventos da Serra 2-A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

Capacidade Produtiva - A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceara, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 86,1 MW.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Potência Instalada (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

Capital circulante líquido - Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no valor de R$ 20.676 (em 31 de dezembro de 2019, R$ 16.583) e prejuízos acumulados de R$15.541 (em 31 de dezembro de 2020, R$ 10.340). Conforme estimativas da administração, o prejuízo acumulado apurado será revertido normalmente com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o saldo de R$ 9.488, (em 31 de dezembro de 2019, R$ 11.739) (Nota 6) em depósitos vinculados, principalmente, a empréstimos e financiamentos, que representam 40% do saldo do passivo circulante. A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional da Companhia, e entende que não há indícios de descontinuidade das operações. **Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)** - A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Os mesmos possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	10,1	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,7	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	121,58	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2013.

2 Base de preparação - Declaração de conformidade - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2021. Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondados para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 3.12 -** arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional. **Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado; • **Nota 9** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento; • **Nota 12** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e, **Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os itens que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: (a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

3 Principais políticas contábeis - A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1 Benefícios a empregados** - A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade. **3.2 Mensuração do valor justo** - Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: (a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. (b) **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). (c) **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **3.3 Receita Operacional** - A Companhia registra a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. O receita é reconhecido no momento que é realizado faturamento da energia gerada, conforme os contratos de venda de energia (ver Nota 1). Não há histórico de devolução ou cancelamento de vendas. **3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias. Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. **3.5 Imposto de renda e contribuição social** - A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo: • Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.6 Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Máquinas e equipamentos...10 anos; Equipamentos para processamentos de dados...5 anos; Moveis e utensílios...10 anos; Direito de uso de arrendamentos...34 anos; Parque eólico (*)...35 anos. (*) O ativo do parqie eólico é composto por torres, maquinas e equipamentos, subestação, linha de transmissão, aerogeradores, sobressalentes e obras civis, conforme descrito na nota 7. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **(iii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **(iv) Provisão para desmobilização** - A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico. **3.7 Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **3.8 Instrumentos financeiros - (i) Reconhecimento e mensuração** - O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente** - Ativos financeiros - Um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e, • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(iii) Modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas - **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Passivos Financeiros - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado **(iv) Desreconhecimento** - Ativos financeiros - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(v) Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.9 Redução ao valor recuperável (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos** - Instrumentos financeiros - Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking), decorrentes de fatores macroeconômicos. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É provável que o devedor pague integralmente o crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). • O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Ativos financeiros com problemas de recuperação - Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou; • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial - A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não-financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **3.10 Capital social** - Ações são classificadas como patrimônio líquido. **3.11 Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados. **3.12 Arrendamentos** - No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinad